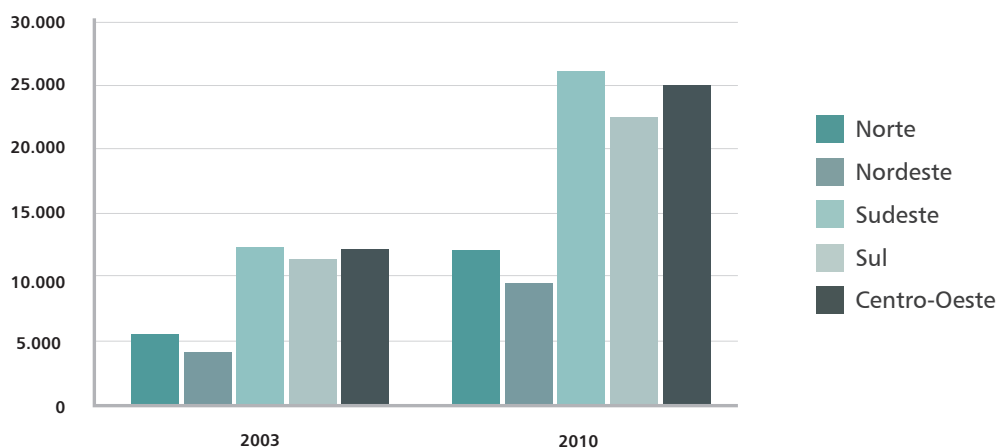


## Desenvolvimento Regional

As disparidades sociais e econômicas entre as regiões do País são resultantes, em diferentes escalas, do processo de formação e desenvolvimento do Estado brasileiro, com suas dinâmicas de ocupação territorial e de concentração de renda e produção. Atualmente, a distribuição desequilibrada de vetores para o desenvolvimento tem constituído um forte mecanismo de manutenção dessas desigualdades, cujo rompimento enseja uma atuação complexa e coordenada nos âmbitos intra e intergovernamental.

Ao utilizar o PIB *per capita* como referência para comparação entre as regiões, verifica-se que Norte e Nordeste, considerados na escala macrorregional, apresentam indicadores muito inferiores à média nacional, com distanciamento expressivo dos índices verificados no Centro-Oeste, no Sul e no Sudeste do País. O gráfico a seguir demonstra que, entre 2003 e 2010, não houve alteração relevante entre os extremos analisados.

**Gráfico 1. Comparação do PIB *per capita* por macrorregiões brasileiras entre 2003 e 2010 (em R\$)**



Fonte: IBGE

Educação Superior	Transporte Rodoviário	Ciência, Tecnologia e Inovação
As regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste concentram 75% das instituições de ensino superior (IES), sendo 48% somente na região Sudeste. Enquanto São Paulo tem 46 vagas por mil habitantes, estados como Alagoas, Ceará, Pará e Maranhão têm menos de 10 vagas por mil habitantes, considerando todas as IES, públicas e privadas, em cada unidade da federação.	Levando-se em conta a média nacional de 37,3% de estradas classificadas como boas ou ótimas, e que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste alcançam apenas 8,5%, 30,3% e 30,3% respectivamente, apura-se um desnível mínimo de 7 pontos percentuais quando comparados ao índice nacional, e mais de 20 pontos percentuais em relação à média das regiões Sul e Sudeste.	Os pedidos de patentes concedidos entre 2006 e 2011 concentram-se no Sul e, sobretudo, no Sudeste: em conjunto, as duas regiões alcançam 96,5% do total do País. Além disso, em relação ao investimento das instituições estaduais de ensino superior em pesquisa e desenvolvimento, entre 2006 e 2010, o Sudeste concentrou mais de 90% do total dos investimentos.

Embora o PIB *per capita* seja um indicador relevante para comparar a distribuição regional de riquezas, pode-se analisar a questão das desigualdades no Brasil em diferentes perspectivas, como os aspectos relevantes associados à educação, ao transporte e ao desenvolvimento científico e tecnológico das macrorregiões, cujos reflexos relacionam-se à sustentabilidade do crescimento nacional. O quadro acima, ilustra como as disparidades regionais refletem-se em diferentes aspectos das condições de vida no País.

O padrão regional assimétrico representa um desafio para a inserção social e produtiva dos cidadãos das regiões menos desenvolvidas, gerando oportunidades desiguais em função do local de vida dos brasileiros. Em decorrência, limitam-se as condições para o crescimento econômico dessas regiões e do próprio País, estabelecendo-se um ciclo de perpetuação desse quadro. Apesar desse diagnóstico amplamente reconhecido, os esforços para aplacar as disparidades não têm se mostrado efetivos para reverter o quadro, em diferentes escalas regionais.

### **Atuação Governamental**

Fiscalizações anteriores sobretudo no âmbito dos processos TC 033.934/2011-8, TC 013.705/2009-6 e TC 015.133/2011-7, se dedicaram a vários elementos estruturais da atuação governamental que têm contribuído para a persistência das desigualdades regionais, demonstrando problemas de formulação e governança da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) que concorrem para sua falta de efetividade. Para o Relatório das Contas do Governo de 2012, entretanto, o foco não se restringe à referida política pública, enfatizando análises de programas temáticos do PPA 2012-2015 como instrumentos para redução das desigualdades regionais e promoção do crescimento inclusivo e sustentável do País.

O quadro a seguir sintetiza as principais conclusões verificadas no âmbito dos programas analisados – Ciência, Tecnologia e Inovação; Comunicação para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia; Educação Superior; Micro e Pequenas Empresas; e Transporte Rodoviário –, além de avanços verificados no âmbito da própria PNDR.

<b>Problemas</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Os indicadores, os objetivos e as metas dos programas temáticos analisados, em regra, não refletem preocupações com as disparidades regionais em setores com impacto decisivo sobre o nível de desenvolvimento das regiões. Dessa forma, com exceção do programa Transporte Rodoviário, a regionalização não aparece como uma diretriz central da formulação dos referidos programas.</li><li>• A incipiente capacidade de integração intersetorial se reflete nos processos de planejamento governamental, levando à concepção de planos e programas desarticulados entre si, inclusive no âmbito do próprio PPA. Essa fragmentação reduz a eficiência das políticas públicas em curso, assim como limita o alcance dos resultados pretendidos.</li></ul>
<b>Avanços</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Houve a retomada, em 2012, dos trabalhos da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, fórum de coordenação e articulação das políticas públicas com impacto regional, o que é essencial para a atuação coordenada no âmbito do Governo Federal.</li><li>• Está em elaboração uma nova versão da PNDR, sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional, com uma perspectiva mais abrangente da ação estatal, de forma a contemplar diversos vetores de desenvolvimento social e econômico, com destaque para áreas como educação e infraestrutura.</li></ul>

Considerando o montante de R\$ 30 bilhões em recursos públicos federais investidos em 2012 somente no âmbito da PNDR, a prioridade estabelecida pela Constituição e a necessidade premente de promover a inclusão social e econômica consistente das regiões menos desenvolvidas, é crucial que os problemas na atuação governamental sejam corrigidos, e os avanços, consolidados. Nesse sentido, é necessário que os trabalhos da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional sejam reforçados pela Casa Civil e que as propostas de reformulação da PNDR adquiram força normativa e institucional, sob a forma de uma política efetiva do Estado brasileiro.